

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 395, DE 31 DE AGOSTO DE 2023

Instituir níveis de alçada, delegações e subdelegações para efeito de delimitar competências gerenciais nos processos decisórios das questões administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis e de autorização para concessão de diárias e passagens da Autarquia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo artigo 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso XI, do Anexo I ao Decreto nº 11.221, de 5 de outubro de 2022, e 105, inciso XI, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, bem como o previsto nos artigos 11 e 12 de Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos artigos 11 a 14, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e nos artigos 3º, § 3º e 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, bem como na Portaria GM/MDIC nº 21, de 1º de março de 2023; resolve:

Art. 1º Instituir níveis de alçada, delegações e subdelegações para efeito de delimitar competências gerenciais nos processos decisórios das questões administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis e de autorização para concessão de diárias e passagens da Autarquia, e dá outras providências.

Art. 2º Para os fins desta Portaria ficam consideradas as denominações apresentadas no Regimento Interno do Inmetro, conforme Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, em seu Capítulo II - da Estrutura Organizacional:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente: Gabinete - Gabin, Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Cored, Coordenação-Geral de Articulação Internacional - Caint, Coordenação-Geral de Acreditação - Cgcre;

II - Órgãos Seccionais: Auditoria Interna - Audin, Procuradoria Federal - Profe, Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional - Dplan, Diretoria de Administração e Finanças - Diraf, Ouvidoria - Ouvid e, por analogia, Corregedoria - Coger;

III - Órgãos Específicos Singulares: Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf, Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia - Dimci, Diretoria de Metrologia Legal - Dimel, Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - Dimav;

IV - Órgãos Descentralizados: Superintendência de Goiás - Surgo, Superintendência do Rio Grande do Sul - Surr.

Art. 3º Fica subdelegada competência ao Diretor de Administração e Finanças, aos dirigentes das Superintendências do INMETRO nos Estados de Goiás e do Rio Grande do Sul, assim como aos seus substitutos legais nos impedimentos e afastamentos, para, nos limites e condições estabelecidas nesta Portaria, atuarem como Ordenadores de Despesas da Autarquia, com os poderes, os deveres e as responsabilidades inerentes.

Art. 4º Ficam delegados ao Diretor de Administração e Finanças os seguintes atos:

I - autorizar a inclusão excepcional de bens e serviços no Plano de Contratações Anual - PCA, do INMETRO;

II - designar agentes de contratação, equipes de apoio ao agente de contratação, comissão de contratação, gestores e fiscais de contrato e seus respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

III - autorizar a deflagração de procedimentos licitatórios, determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade e proceder anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiro, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - autorizar os procedimentos de compras e contratações de pequeno valor (dispensa de licitação em razão do valor);

V - assinar aviso de dispensa de licitação eletrônica de pequeno valor para contratação de compras, obras e serviços, obedecidos os limites estabelecidos no artigo 75, incisos I e II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como adjudicar e homologar as contratações decorrentes;

VI - ratificar os procedimentos de contratação direta, por dispensa ou por inexigibilidade de licitação, observado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);

VII - assinar, juntamente com o responsável por sua elaboração, os editais de licitação de qualquer modalidade, desde que o valor estimado da contratação seja de até R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);

VIII - adjudicar e homologar as contratações diretas e das licitações, de qualquer modalidade, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e alterações posteriores e, quando for o caso, adjudicar o objeto dos certames aos licitantes vencedores;

IX - assinar, em conjunto com o chefe máximo do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente, Órgão Seccional ou Órgão Específico Singular demandante, os contratos, acordos, protocolos, convênios, parcerias e quaisquer outros tipos de negócios jurídicos onerosos que a Autarquia venha a celebrar, inclusive Termos Aditivos e Apostilamentos, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);

X - ordenar o empenho de despesas de qualquer valor, assinando as respectivas notas de empenho;

XI - autorizar a emissão de ordens bancárias de qualquer valor, assinando as respectivas ordens bancárias;

XII - autorizar, como Ordenador de Despesas, a concessão de diárias e/ou passagens nacionais, observado o disposto na Portaria nº 21, de 01 de março de 2023 do MDIC ou outro instrumento normativo que vier substituí-la.

Art. 5º Ficam delegados ao Coordenador-Geral de Administração do INMETRO os seguintes atos:

I - autorizar o início dos procedimentos de contratação direta de compras, obras e serviços, por dispensa de licitação em função do valor, obedecidos os limites estabelecidos na legislação pertinente e no contrato de gestão celebrado pela Autarquia.

Art. 6º Ficam delegados aos Superintendentes dos Órgãos Descentralizados da Autarquia os seguintes atos, quando vinculados às suas respectivas Superintendências:

I - adjudicar e homologar as contratações diretas e as licitações, de qualquer modalidade, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em conformidade com as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 14.133 de 1º de abril de 2021, demais legislações pertinentes e alterações posteriores e, quando for o caso, adjudicar o objeto dos certames aos licitantes vencedores, respeitando o prazo constante na Medida Provisória 1.167/2023 e na Portaria Seges/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023;

II - assinar os contratos, acordos, protocolos, convênios, parcerias e quaisquer outros tipos de negócios jurídicos que a respectiva Superintendência venha a celebrar, inclusive Termos Aditivos e Apostilamentos, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

III - assinar aviso de dispensa de licitação eletrônica de pequeno valor para contratação de compras, obras e serviços, obedecidos os limites estabelecidos no artigo 75, incisos I e II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como adjudicar e homologar as contratações decorrentes;

IV - autorizar as contratações de compras, obras e serviços por dispensa de licitação de pequeno valor, obedecidos os limites estabelecidos no artigo 24, incisos I e II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como adjudicar e homologar as contratações decorrentes, respeitando o prazo constante na Medida Provisória 1.167/2023 e Portaria Seges/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023;

V - assinar, juntamente com o responsável por sua elaboração, os editais de licitação de qualquer modalidade, independentemente do valor estimado da contratação;

VI - ordenar o empenho de despesas de qualquer valor, assinando as respectivas notas de empenho;

VII - autorizar a emissão de ordens bancárias de qualquer valor;

VIII - aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Planos de Trabalho, os Projetos Básicos, as Especificações Técnicas e os Termos de Referência que tiverem como objetivo a contratação de compras, obras ou serviços, bem como, a celebração de convênios e instrumentos congêneres, de interesse da respectiva Superintendência;

IX - decidir, em primeira instância administrativa, sobre aplicação de sanções por descumprimento contratual e sobre rescisão unilateral de contratos;

X - autorizar a deflagração de procedimentos licitatórios, determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade e proceder anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiro, sempre que presente ilegalidade insanável, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

XI - designar agentes de contratação, equipes de apoio ao agente de contratação, comissão de contratação, gestores e fiscais de contrato e seus respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

XII - autorizar, como Ordenador de Despesa, a contratação de cursos de capacitação desde que previamente alinhados ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), e em consonância com as demais disposições normativas da Cogep.

§1º Os atos previstos no inciso I, que não estiverem na alçada dos Superintendentes, deverão ser praticados por estes após obterem autorização expressa do Presidente do INMETRO.

§2º Os atos dispostos no inciso II, V e X que estiverem acima da alçada dos Superintendentes, são de competência do Presidente do Inmetro.

Art. 7º Ficam delegados aos chefes máximos dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente, Órgãos Seccionais e Órgãos Específicos Singulares da Autarquia os seguintes atos, quando vinculados às suas respectivas Unidades:

I - assinar, em conjunto com o Diretor da DIRAF ou com o Presidente do Inmetro, conforme o caso e observado o disposto no art. 4º, inciso II, os contratos, acordos, protocolos, convênios, parcerias e quaisquer outros tipos de negócios jurídicos, onerosos ou não, que a Autarquia venha a celebrar, inclusive Termos Aditivos e Apostilamentos, demandados por sua área;

II - autorizar os procedimentos de contratação direta, por dispensa ou por inexigibilidade de licitação, demandados por suas áreas, salvo nos casos de compras e contratações de pequeno valor (dispensa de licitação em razão do valor);

III - aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Planos de Trabalho, os Projetos Básicos, as Especificações Técnicas e os Termos de Referência que tiverem como objetivo a contratação de compras, obras ou serviços, bem como a celebração de convênios e instrumentos congêneres;

IV - decidir, em primeira instância administrativa, sobre aplicação de sanções por descumprimento contratual e sobre rescisão unilateral de contratos.

Parágrafo Único. As autorizações previstas no inciso II dependerão de prévio pronunciamento da Procuradoria Federal.

Art. 8º Para efeito do inciso II do art. 4º e inciso II do art. 6º, deve-se considerar o valor global correspondente ao prazo de vigência dos contratos, acordos, protocolos e demais negócios jurídicos. Em se tratando de Termos Aditivos e Apostilamentos, deve-se considerar o acréscimo produzido por estes nos contratos, acordos, protocolos e demais negócios jurídicos.

§1º Termos Aditivos destinados à prorrogação de vigência contratual não são considerados geradores de acréscimo ao valor global dos contratos.

§2º Em observância à Portaria nº 21, de 01 de março de 2023 do MDIC, Termos Aditivos que tenham como objeto prorrogar contrato cujo valor global seja superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) só poderão ser assinados pelos Superintendentes em conjunto com o Presidente do Inmetro.

Art. 9º Fica subdelegada competência ao Chefe de Gabinete, aos Diretores, aos Coordenadores-Gerais, ao Auditor-Chefe, ao Corregedor, ao Ouvidor, ao Procurador-Chefe e aos Superintendentes, no âmbito de suas respectivas competências, para interrupção de férias de servidores lotados em suas áreas de atuação, vedada subdelegação.

Art. 10. As contratações de que trata esta Portaria devem ter aquiescência do Presidente antes da designação da Equipe de Planejamento.

Art. 11. Os atos não delegados ou subdelegados nesta Portaria permanecem na alçada do Presidente do INMETRO, conforme estabelecido no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, na Portaria nº 21, de 01 de março de 2023 do MDIC e no contrato de gestão celebrado pela Autarquia, e suas atualizações posteriores.

Art. 12. Os eventuais casos omissos serão dirimidos pelo Presidente.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCIO ANDRE OLIVEIRA BRITO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.771, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre os fluxos, procedimentos e padrão decisório para o processamento de pedidos de aumento de vagas dos cursos de Medicina de instituições vinculadas ao sistema federal de educação superior.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, no Decreto nº 11.440, de 20 de março de 2023, e na Portaria MEC nº 650, de 5 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Estabelecer regras para os pedidos de aumento de vagas dos cursos de Medicina de instituições vinculadas ao sistema federal de educação superior a serem processados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - Seres/MEC.

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - CNE: Conselho Nacional de Educação;

II - CNES: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

III - CNRM: Comissão Nacional de Residência Médica;

IV - IES: Instituições de Educação Superior;

V - IFES: Instituições Federais de Educação Superior;

VI - Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

VII - Localidade: município;

VIII - Mantenedora: pessoa jurídica de direito privado com personalidade jurídica para contrair obrigações, constituída sob qualquer forma aceita pela legislação civil e societária, cujo propósito é prover todos os meios necessários para viabilizar a execução das atividades da mantida;

IX - Mantida: instituição desprovida de personalidade jurídica, criada por meio de ato administrativo ou legislativo, vinculada à mantenedora por uma relação de manutenção, cujo propósito é desenvolver seu projeto institucional e ministrar cursos em um ou mais níveis de escolaridade, congregando direitos e obrigações de natureza administrativa e acadêmica;

X - Aumento de Vagas: a majoração do número de vagas autorizadas de um curso de graduação em atividade; e

XI - Medida de Supervisão: conjunto de medidas aplicadas pela Seres compreendendo:

a) a instauração de procedimento saneador;

b) a instauração de procedimento sancionador;

c) a determinação de medida cautelar; e

d) a aplicação de penalidade;

XII - PRM: Programa de Residência Médica, na forma prevista na Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981;



XIII - Região de Saúde: espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas, sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde, na forma do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011;

XIV - SGTES/MS: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde;

XV - SUS: Sistema Único de Saúde; e

XVI - Unidades de Saúde-Escola: conjunto de infraestruturas públicas e privadas conveniadas com o Sistema Único de Saúde - SUS da rede de saúde local, que serão destinadas às atividades práticas do curso, compreendendo hospitais, maternidades, serviços de pronto-atendimento, centros de especialidades médicas, clínicas, policlínicas, unidades básicas de saúde, dentre outros, devidamente cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Art. 3º São condições prévias e necessárias ao processamento do pedido de aumento de vagas de que trata esta Portaria:

I - o curso de Medicina cujas vagas se pretende aumentar possuir Conceito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade igual ou superior a 4 (quatro) no último triênio avaliativo, auferido pelo Inep;

II - o curso de Medicina cujas vagas se pretende aumentar já ter sido reconhecido pelo MEC;

III - ausência de medida de supervisão institucional vigente;

IV - ausência de penalidade aplicada à IES nos últimos 3 (três) anos;

V - ausência de protocolos de compromisso vigentes em relação ao curso de Medicina cujas vagas se pretenda aumentar;

VI - ausência de medidas de supervisão vigentes em relação ao curso de Medicina cujas vagas se pretenda aumentar;

VII - ausência de penalidade aplicada ao curso de Medicina cujas vagas se pretenda aumentar nos últimos 6 (seis) anos; e

VIII - comprovação da demanda social pelo curso, por meio da demonstração de que a relação inscrito/vaga no processo seletivo anterior do curso de Medicina, cujas vagas se pretenda, seja maior que 2 (dois); e

IX - não haver prévio pedido de aumento de vagas no curso de Medicina, cujas vagas se pretenda aumentar, já protocolado e pendente de decisão definitiva.

§ 1º No caso em que o curso nunca tenha obtido Conceito Enade será necessário que ele possua Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro) atribuído nos últimos 5 (cinco) anos.

§ 2º Aplica-se o disposto no art. 3º, inciso IX, inclusive aos pedidos abertos em decorrência de determinação judicial.

§ 3º O não cumprimento de qualquer das condições previstas neste artigo resultará no arquivamento do pedido.

Art. 4º O pedido de aumento de vagas de que trata esta Portaria será limitado a até 30% (trinta por cento) das vagas já autorizadas para o respectivo curso de Medicina.

Parágrafo único. O pedido de aumento de vagas não poderá resultar em curso de Medicina com mais de 240 (duzentos e quarenta) vagas.

Art. 5º Os pedidos de aumento de vagas de curso de Medicina dependerão de autorização da Seres e deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - nome, grau e código do curso;

II - nome, código da Instituição de Ensino Superior - IES e da Mantenedora;

III - quantidade de vagas solicitadas; e

IV - cópia da decisão do órgão competente da IES pelo aumento do número de vagas.

Parágrafo único. O disposto no caput se aplica às IES públicas e privadas, e às universidades, centros universitários e faculdades.

Art. 6º A análise do pedido de aumento de vagas de que trata esta Portaria considerará a estrutura de equipamentos públicos e os programas de saúde existentes na localidade e terá como referenciais os seguintes critérios:

I - existência de, no mínimo, 5 (cinco) leitos do Sistema Único de Saúde - SUS disponibilizados para o campo de prática por vaga solicitada;

II - existência de Equipes Multiprofissionais de Atenção Primária à Saúde;

III - existência de no máximo 3 (três) alunos por equipe de Saúde da Família - eSF;

IV - existência de leitos de urgência e emergência ou pronto-socorro;

V - grau de comprometimento dos leitos do SUS para utilização acadêmica;

VI - existência de, ao menos, 3 (três) Programa de Residência Médica - PRM implantados nas especialidades prioritárias que tenham sido definidas pelo gestor da rede de saúde local, apreciado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde - SGTES/MS e pela Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM, com taxa de ocupação total das vagas (R1 e R+) superior a 50% (cinquenta por cento); e

VII - hospital de ensino ou unidade hospitalar com mais de 80 (oitenta) leitos, com potencial para ser certificada como hospital de ensino, conforme legislação vigente.

§ 1º O não atendimento das condições listadas nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo ensejará o indeferimento do pedido de aumento de vagas do curso de Medicina.

§ 2º São considerados programas de residência médica em especialidades prioritárias aqueles definidos pelos gestores do SUS e documentados por meio de estudos, editais ou instrumentos específicos.

§ 3º As informações necessárias à avaliação dos equipamentos públicos e dos programas de saúde serão disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, a pedido da Seres.

§ 4º A análise do pedido será baseada na estrutura de equipamentos públicos e nos programas de saúde existentes na localidade de oferta do curso na data da primeira informação prestada pelo Ministério da Saúde, independentemente de suas alterações posteriores.

§ 5º Havendo insuficiência na estrutura dos equipamentos públicos e de programas de saúde na localidade, a Seres avaliará a disponibilidade dos mesmos na região de saúde na qual se insere o município de oferta do curso, conforme definição estabelecida pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Art. 7º A Seres estabelecerá periodicamente calendário de abertura do protocolo de ingresso para pedidos de aumento de vagas de curso de Medicina.

Art. 8º Os pedidos apresentados por mais de uma IES privada em um mesmo período de abertura do protocolo de ingresso serão considerados concomitantes.

§ 1º Os pedidos concomitantes relativos a uma mesma localidade ou região de saúde serão analisados com base em dados do CNES sobre a estrutura de equipamentos públicos e Unidades Saúde-Escola.

§ 2º Se a estrutura de equipamentos públicos e de Unidades Saúde-Escola não comportarem o total de vagas pleiteadas, as vagas disponíveis serão divididas igualmente entre os cursos de Medicina cujas vagas se pretenda aumentar.

§ 3º A divisão de vagas prevista no § 2º deste artigo deverá seguir as condições e limitações estabelecidas nesta Portaria.

Art. 9º Os pedidos de aumento de vagas de medicina protocolados pelas IFES terão precedência na alocação da estrutura de equipamentos públicos e a de Unidades Saúde-Escola existentes e disponíveis desde o seu protocolo.

Parágrafo único. Não se aplicam aos pedidos de aumento de vagas protocolados pelas IFES as regras estabelecidas pelos arts. 3º e 8º desta Portaria.

Art. 10. Concluída a instrução processual, a Seres apreciará o pedido e publicará a decisão.

§ 1º Da decisão da Seres de deferimento parcial ou de indeferimento do pedido de aumento de vagas caberá recurso ao CNE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua publicação.

§ 2º O recurso de que trata o § 1º será analisado em instância única pela Câmara de Educação Superior do CNE, e submetido à homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 11. Os procedimentos e exigências previstos nesta Portaria serão aplicáveis a todos os pedidos de aumento de vagas em curso de Medicina protocolados a partir da sua publicação, respeitado sempre o calendário de abertura do protocolo de ingresso.

Art. 12. Nos casos de processos administrativos de aumento de vagas com tramitação sub judice e pendentes de decisão definitiva da Seres quando da entrada em vigor desta Portaria, a eventual perda dos efeitos da decisão judicial que tenha ordenado

o trâmite administrativo ou o deferimento do pedido acarretará a necessidade de protocolo de novo pedido e reinício do trâmite processual, sem aproveitamento de quaisquer atos praticados.

Art. 13. As IES cujos cursos de Medicina forem autorizados em decorrência do chamamento público de 2023, para a seleção de propostas para autorização de funcionamento de curso de Medicina, poderão, apenas em seu primeiro pedido de aumento de vagas, e somente após terem seus cursos reconhecidos, protocolar pedido de aumento de até 40 (quarenta) vagas.

§ 1º Aplicam-se as demais regras previstas nesta Portaria ao pedido estabelecido no caput.

§ 2º Aos pedidos subsequentes aplica-se integralmente o previsto nesta Portaria.

Art. 14. Para o ano de 2023, o período de abertura de protocolo de ingresso será da data de publicação desta Portaria até o dia 31 de outubro de 2023.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

PORTARIA Nº 1.772, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023

Altera a Portaria MEC nº 650, de 5 de abril de 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e no Decreto nº 11.440, de 20 de março de 2023, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de que trata o art. 5º da Portaria MEC nº 650, de 5 de abril de 2023, com redação modificada pela Portaria MEC nº 1.520, de 3 de agosto de 2023, em 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

PORTARIA Nº 1.773, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023

Institui a Comissão de Acompanhamento Permanente do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto no Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Acompanhamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CPA, de caráter consultivo e de assessoramento para subsidiar o Ministério da Educação - MEC, no acompanhamento e na melhoria contínua da implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 2º À Comissão Permanente de Acompanhamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CPA compete:

I - assessorar o Ministério da Educação na elaboração e revisão dos documentos orientadores das políticas, das estratégias, dos projetos e das ações que compõem o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

II - acompanhar o processo de implementação das políticas, das estratégias, dos projetos e das ações que compõem o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

III - contribuir com o processo de avaliação permanente da implementação e dos resultados do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; e

IV - contribuir com a mobilização e com o fomento das atividades de pesquisa, produção e sistematização de conhecimentos e evidências científicas a partir do processo de implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 3º A Comissão Permanente de Acompanhamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada será composta por um representante titular e um suplente dos órgãos ou das entidades seguintes:

I - representantes do Ministério da Educação:

a) Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, da Secretaria de Educação Básica - SEB, que a presidirá;

b) Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação, da Secretaria de Educação Básica;

c) Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica, da Secretaria de Educação Básica, responsável pela Secretaria-Executiva da Comissão;

d) Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, da Secretaria de Educação Básica;

e) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - Secadi;

f) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes;

g) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; e

h) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; e

II - representantes da sociedade civil e das associações de pesquisa que atuam na área da alfabetização:

a) Fórum Nacional de Educação - FNE, indicando titular e suplente, dentre as entidades que compõem seu colegiado;

b) União Nacional de Conselhos Municipais de Educação - Uncme, indicando titular e suplente, dentre os representantes dos Conselhos Municipais que compõem seu colegiado;

c) Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação - Foncede; indicando titular e suplente, dentre os representantes dos Conselhos Estaduais que compõem seu colegiado;

d) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped;

e) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação - Anpae;

f) Associação Brasileira de Alfabetização - Abalf; e

g) Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN.

Parágrafo único. Os membros da Comissão serão indicados pelos titulares dos órgãos ou das entidades que representam em comunicado encaminhado à SEB/MEC, e serão designados pelo/pela titular da referida Secretaria.

Art. 4º A Comissão Permanente de Acompanhamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada se reunirá, em caráter ordinário, com periodicidade semestral e, em caráter extraordinário, mediante convocação da presidência.

§ 1º Para as reuniões ordinárias, dar-se-á preferência ao formato presencial ou híbrido, obedecendo aos termos do Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e o Ministério da Educação se responsabilizará pelos custos de deslocamento dos titulares indicados no inciso II do art. 3º.

§ 2º Para as reuniões extraordinárias, dar-se-á preferência ao formato on-line, com suporte das ferramentas de interação a distância disponibilizadas pelo Ministério da Educação, nos termos do Decreto nº 10.416, de 2020.

§ 3º O quórum mínimo para as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão é o de maioria simples de seus componentes e o quórum de deliberação da mesma Comissão nas reuniões ordinárias é o de maioria simples dos presentes.

§ 4º Na eventualidade da participação de convidadas e convidados dos órgãos/entidades definidas no inciso I do art. 2º, os custos com a sua participação nas atividades serão providos pelo Ministério da Educação.

§ 5º Na eventualidade da participação de convidadas e convidados dos órgãos/entidades definidas no inciso II do art. 2º, os custos com a sua participação nas atividades serão providos pela entidade proponente.

Art. 5º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da Comissão serão providos pela Secretaria de Educação Básica.

Art. 6º A participação nas atividades da Comissão Permanente de Acompanhamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada será considerada função relevante não remunerada.

Art. 7º Após sua instituição, como primeiro ato, a Comissão Permanente de Acompanhamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada deverá aprovar seu regimento interno para organização de seus trabalhos.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

